



Novembro/2009

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Técnico Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'U20', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

S.P.Q.R.
Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Responsabilidade fiscal

Para disciplinar a aplicação do dinheiro público e regulamentar os limites de endividamento, foi promulgada em 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A aprovação da LRF é, nos últimos anos, a maior modificação na gestão das finanças públicas no Brasil. Ela é um manual de regras sobre como administrar as contas públicas, inspirado no Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal, do Fundo Monetário Internacional (FMI). Suas principais inovações são: fixar limites para as despesas com pessoal; estabelecer regras que obrigam os poderes a indicar de onde virão as receitas para fazer frente às despesas que suas iniciativas implicam; definir regras para a criação e a administração de dívidas públicas. Além disso, estabelece normas e prazos para a divulgação das contas públicas aos cidadãos, facilitando, assim, a fiscalização dos poderes pelo povo.

Quem desobedecer à LRF se arrisca a perder o mandato, os direitos políticos, a pagar pesadas multas e até a ser preso. Ela viabiliza a fiscalização pela oposição e pela sociedade, que passaram a ter acesso aos números e às contas públicas. A lei autoriza, ainda, qualquer cidadão a entrar com uma ação judicial pedindo seu cumprimento. Outro objetivo da lei é que ela se torne um obstáculo à corrupção, por meio do controle público do orçamento.

Mas muitos municípios alegam dificuldade para se adaptar à legislação, em especial por causa da alta soma que tem de ser comprometida com o pagamento de dívidas passadas. Os prefeitos queixam-se de que suas despesas aumentaram muito desde que assumiram os gastos com o ensino fundamental e o atendimento básico de saúde, como determina a Constituição de 1988.

(Almanaque Abril 2009, p. 60)

1. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê duras sanções para quem
- (A) contrair dívidas insolváveis com o poder municipal e órgãos locais.
 - (B) conduzir políticas públicas que representem gastos para os poderes.
 - (C) investir dinheiro público em aplicações sem retorno apurado e certo.
 - (D) empenhar verbas públicas desconsiderando a devida regulamentação.
 - (E) administrar capital privado direcionando-o para fundos públicos.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. A LRF assume um caráter de orientação para os gestores das finanças públicas no Brasil, em consonância com orientações fixadas num código do FMI.
- II. Deve-se entender que os principais atingidos pelas sanções da LRF são os políticos que ocupam cargos do poder legislativo e judiciário.
- III. A LRF estende a todos os cidadãos o direito de fiscalizar os gastos públicos, bem como o de promover ações judiciais contra os responsáveis por irregularidades nesses gastos.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

3. Da leitura do último parágrafo deve-se inferir que

- (A) muitos prefeitos reeleitos admitem sua responsabilidade pelas altas dívidas que contraíram em gestões anteriores.
- (B) os prefeitos assumem seus cargos ignorando as dificuldades que terão de enfrentar para gerir as contas públicas.
- (C) a principal dificuldade para se aplicar a LRF está no entendimento mesmo do alcance de sua regulamentação.
- (D) antes da Constituição de 1988 os prefeitos não investiam em áreas básicas da saúde e da educação.
- (E) os prefeitos se queixam de que lhes é difícil honrar dívidas contraídas no passado por conta de despesas nas áreas da educação e da saúde.

4. Pode-se substituir, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, o segmento

- (A) *regulamentar os limites de endividamento* (1º parágrafo) por **estabelecer teto para as dívidas**.
- (B) *para fazer frente às despesas* (1º parágrafo) por **para se antecipar aos gastos**.
- (C) *Ela viabiliza a fiscalização* (2º parágrafo) por **Ela faculta a observância**.
- (D) *ela se torne um obstáculo à corrupção* (2º parágrafo) por **ela se apresente como incorruptível**.
- (E) *alta soma que tem de ser comprometida* (3º parágrafo) **alto empenho em gastos imprevísíveis**.



5. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Se alguém vier a desobedecer a LRF arriscar-se-ia a perder o mandato, a ter os direitos políticos cassados ou mesmo a ser preso.
 - (B) Pretende-se que a lei represente um sério obstáculo para quem se propuser a fazer despesas sem qualquer critério.
 - (C) Deve-se entender que a LRF tivesse representado sérios entraves a quem desejar envolver-se com a corrupção.
 - (D) Muitos prefeitos teriam alegado que as verbas de que dispusessem estão sendo utilizadas para cobrir dívidas passadas.
 - (E) A partir de sua promulgação, a LRF tem permitido que os membros da oposição passariam a ter acesso à fiscalização das contas públicas.
6. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da seguinte frase:
- (A) As operações de que (**cuidar**) a LRF trarão maior disciplina e seriedade na gestão das verbas públicas.
 - (B) No que (**dizer**) respeito aos desmandos nos gastos, as normas e as sanções da LRF são inflexíveis.
 - (C) Muitos prefeitos entendem que não (**dever**) caber a eles empenhar verbas para o ensino fundamental e o atendimento básico de saúde.
 - (D) (**atingir**) a quem quer que descumpra a LRF rigorosas sanções, inclusive a da perda de liberdade.
 - (E) O estabelecimento de normas e prazos para a divulgação das contas públicas (**favorecer**) a fiscalização popular.
7. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) A LRF permite, entre outras coisas que, a oposição e a população, fiscalizem a administração das verbas públicas.
 - (B) Alegam alguns prefeitos, que encontram dificuldades, para fazer frente aos gastos que a Constituição determina, nas áreas da saúde e da educação.
 - (C) São graves as penas previstas para quem descumpre, por negligência ou má fé, as normas de responsabilidade fiscal da lei promulgada em 2000.
 - (D) Fazem parte da LRF, as instruções que definem os limites para as despesas de pessoal, e as regras para a criação de dívidas.
 - (E) Qualquer cidadão pode, graças à promulgação da LRF entrar com ação judicial para fazê-la cumprir, conforme sua regulamentação.
8. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) A divulgação deste texto traz utilidade à quem quer que seja interessado no papel que controlam os administradores sobre o dinheiro público.
 - (B) O texto é bastante esclarecedor quanto ao espírito da LRF, que é o de disciplinar e regulamentar a gestão de verbas públicas no Brasil.
 - (C) Pretende o autor do texto que fique mais claro, para o leitor, sobre as responsabilidades de gestão das contas que cabem aos seus responsáveis.
 - (D) É útil o texto para quem já ouvira falar da LRF não tendo, todavia, informação mais acurada para detalhes como sanção ou fiscalização.
 - (E) Mesmo quem já conhecesse a LRF, é bom lembrar que o texto discorre adequadamente sobre suas finalidades essenciais e normas de emprego.
9. *Outro objetivo da lei é que ela se torne um obstáculo à corrupção, por meio do controle público do orçamento.*
- Uma nova e correta redação da frase acima, na qual se preserva seu sentido, será a seguinte:
- (A) Tornar-se um obstáculo à corrupção, mediante o controle público do orçamento, é outro objetivo da LRF.
 - (B) Uma vez que se valha do controle público do orçamento, o objetivo da lei acabará tornando-a impeditiva da corrupção.
 - (C) A lei, sendo um obstáculo à corrupção, firma seu desígnio por meio do controle público do orçamento.
 - (D) A lei consistirá num obstáculo à corrupção, no caso de atender seu objetivo, tendo em vista o controle público do orçamento.
 - (E) No caso de um controle público do orçamento, que é outro objetivo dessa lei, ela se tornará um obstáculo para a corrupção.
10. Observando-se as formas verbais e as de tratamento, deve-se considerar INCORRETA a seguinte frase:
- (A) Peça a Sua Senhoria que divulgue até amanhã seu parecer sobre o texto da LRF.
 - (B) Meu caro deputado, vimos pedir-te que te pronuncies sem demora sobre a redação da LRF.
 - (C) Lê com atenção a LRF, por favor, e dize-nos se estás de acordo com todos os seus dispositivos.
 - (D) Queremos encarecer-lhe a importância de sua opinião sobre a forma definitiva que a LRF deverá adotar.
 - (E) Solicitamos que Vossa Senhoria vos manifesteis sobre o texto da LRF, que logo entrará em votação.



Atenção: As questões de números 11 a 22 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Entre uma prosa e outra, "seo" Samuca, morador das cercanias do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, no norte de Minas Gerais, me presenteia com um achado da sabedoria cabocla: "Pois é, não sei pra onde a Terra está andando, mas certamente pra bom lugar não é. Só sei que donde só se tira e não se põe, um dia tudo o mais tem que se acabar." Samuel dos Santos Pereira viveu seus 75 anos campeando livre entre cerradões, matas de galeria, matas secas, campos limpos ou sujos e campos cerrados, ecossistemas que constituem a magnífica savana brasileira. "Ainda bem que existe o Parque", exclama o vaqueiro, "porque hoje tudo em volta de mim é plantação de soja e pastagem pra gado."

Viajar pelo Cerrado do Centro-Oeste é viver a surpresa permanente. Na Serra da Canastra, em São Roque de Minas, nascente do Rio São Francisco, podem-se avistar tamanduás-bandeira, lobos-guarás e, com sorte, o pato-mergulhão, ameaçado de extinção. Lá está também a maravilhosa Casca D'Anta, primeira e mais alta cachoeira do Velho Chico, com 186 metros de queda livre.

No Jalapão, no Tocantins, o Cerrado é diferente, parece um deserto com dunas de até 40 metros de altura. Mas, ao contrário dos Lençóis Maranhenses, tem água em profusão, nascentes, cachoeiras, lagoas, serras e chapadões. E uma fauna exuberante, com 440 espécies de vertebrados. Nas veredas, os habitantes da comunidade quilombola de Mumbuca descobriram o capim-dourado, uma fibra que a criatividade local transformou em artigo de exportação.

Em Goiás, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o viajante se extasia com a beleza das cachoeiras e das matas de galeria, das piscinas naturais, das formações rochosas, dos cânions do Rio Preto e do Vale da Lua. Perto do município de Chapadão do Céu, também em Goiás, fica o Parque Nacional das Emas, onde acontece o surpreendente espetáculo da bioluminescência, uma irradiação de luz azul esverdeada produzida pelas larvas de vaga-lumes nos cupinzeiros. Pena que todo o entorno do parque foi drenado para permitir a plantação de soja. Agrotóxicos despejados por avião são levados pelo vento e contaminam nascentes e rios que atravessam essa unidade de conservação. Outra tristeza provocada pela ganância humana são as voçorocas das nascentes do Rio Araguaia, quase cem, com quilômetros de extensão e dezenas de metros de profundidade. Elas jogam milhões de toneladas de sedimentos no rio, inviabilizando sua navegabilidade.

Apesar de tanta beleza e biodiversidade (mais de 300 espécies de plantas locais são utilizadas pela medicina popular), o Cerrado do "seo" Samuca está minguando e tende a desaparecer. O que percebo, como testemunha ocular, é que entra

governo e sai governo e o processo de desertificação do país continua em crescimento assombroso.

Como disse Euclides da Cunha, somos especialistas em fazer desertos. Só haverá esperança para os vastos espaços das Geraes, esse sertão do tamanho do mundo, celebrado pela genialidade de João Guimarães Rosa, se abandonarmos nosso conformismo e nossa proverbial omissão.

(Araquém Alcântara, fotógrafo. **O Estado de S. Paulo**, Especial H 4-5, 27 de setembro de 2009, com adaptações)

11. A afirmativa correta, de acordo com o texto, é:

- (A) A transformação das riquezas do Cerrado em artigo de exportação pela população local despreza as características nacionais desses produtos.
- (B) Os vastos espaços das Geraes apresentam formações de matas e campos de aspectos diferenciados.
- (C) A sabedoria cabocla consiste na descoberta das riquezas do Cerrado e em seu aproveitamento econômico.
- (D) A plantação de soja e a pastagem pra gado garantem a sustentabilidade econômica dos moradores do Cerrado.
- (E) O conformismo dos habitantes da região central do Brasil transforma toda essa região em um deserto com dunas de até 40 metros de altura.

12. Um título apropriado para o texto poderia ser:

- (A) Plantas do Cerrado constituem a base da medicina popular brasileira.
- (B) Oportunidades de trabalho reduzidas dificultam o desenvolvimento humano na região do Cerrado.
- (C) Flora e fauna típicas da região do Cerrado formam um belo cenário em risco de extinção.
- (D) Diversidade na formação do Cerrado compromete a eficácia da preservação de sua paisagem.
- (E) Cultura de grãos convive em harmonia com a biodiversidade do Cerrado.

13. Considerando-se o desenvolvimento das ideias no texto, é correto perceber

- (A) deslumbramento nacionalista pelas riquezas, até mesmo bem aproveitadas economicamente, de uma vasta região brasileira.
- (B) condenação de certos hábitos entranhados na população menos escolarizada, de utilizar as riquezas do solo, destruindo o meio ambiente.
- (C) total defesa do papel desempenhado pelos rios da região, tanto pela água que fornecem quanto por sua navegabilidade.
- (D) crítica à atuação do homem na região do Cerrado, e também às falhas no controle ambiental tanto da parte de governos quanto da sociedade.
- (E) referência explícita a alguns produtos cultivados na região, que propiciam qualidade de vida aos seus moradores.



14. É correto inferir do texto que nele há, predominantemente,
- (A) um olhar sobre toda a diversidade existente no bioma que se estende por vários Estados do Planalto Central brasileiro.
- (B) a intenção subjacente de apontar a enorme importância do rio São Francisco como garantia da produção agrícola no Cerrado.
- (C) a tentativa, um tanto inútil, de mostrar os vários aspectos da cultura popular na região do Cerrado, a partir da visão de um vaqueiro.
- (D) uma visão tristonha sobre essa vasta região do país, desconhecida da maioria dos brasileiros, apesar da imensa beleza de suas paisagens.
- (E) a surpresa de um viajante, ao se deparar com a estranha diversidade de uma mesma região, que vem prejudicar sua classificação como bioma.
-
15. *Elas jogam milhões de toneladas de sedimentos no rio, inviabilizando sua navegabilidade.* (4º parágrafo)
- A oração grifada acima denota, considerando-se o contexto,
- (A) causa.
- (B) ressalva.
- (C) consequência.
- (D) temporalidade.
- (E) proporcionalidade.
-
16. Se for passado para o plural o termo grifado, deverá permanecer **no singular** o verbo que está em:
- (A) "*Ainda bem que existe o Parque*" ...
- (B) ... *exclama o vaqueiro* ...
- (C) ... *onde acontece o surpreendente espetáculo da bioluminescência* ...
- (D) ... *e o processo de desertificação do país continua em crescimento assombroso*.
- (E) *Só haverá esperança para os vastos espaços das Geraes* ...
-
17. *Agrotóxicos despejados por avião são levados pelo vento* ... (4º parágrafo)
- Há também emprego de voz passiva no segmento que se encontra em:
- (A) ... *que donde só se tira e não se põe* ...
- (B) ... *os habitantes da comunidade quilombola de Mumbuca descobriram o capim-dourado* ...
- (C) ... *o Cerrado do "seo" Samuca está minguando e tende a desaparecer*.
- (D) ... *é que entra governo e sai governo* ...
- (E) ... *se abandonarmos nosso conformismo e nossa proverbial omissão*.
-
18. *Pena que todo o entorno do parque foi drenado para permitir a plantação de soja.* (4º parágrafo)
- Para ser respeitado o padrão culto da Língua, o emprego da forma verbal grifada acima passaria a
- (A) se drenou.
- (B) tinham drenado.
- (C) fora drenado.
- (D) tenha sido drenado.
- (E) havia sido drenado.
-
19. *Viajar pelo Cerrado do Centro-Oeste é viver a surpresa permanente.* (2º parágrafo)
- Considere o emprego do verbo **viver** nas frases seguintes:
- I. O vaqueiro sempre viveu da colheita de grãos e da criação de gado.
- II. Muitas famílias viviam vida folgada ali, em meio à natureza.
- III. Naquela comunidade, os avós viviam com filhos e netos na mesma casa.
- Está correta a construção em
- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
-
20. Em relação ao emprego de sinais de pontuação no texto, está **INCORRETO** o que se afirma em:
- (A) As aspas em "*seo*" (1ª linha) registram uma forma coloquial de tratamento.
- (B) Os dois-pontos na 4ª linha sinalizam a introdução da fala de um interlocutor no texto.
- (C) As aspas em "*Ainda bem que existe o Parque*" (10ª linha) assinalam o segmento que contém o assunto central do texto.
- (D) Os parênteses, no 5º parágrafo, isolam uma afirmativa empregada como argumento que respalda a ressalva anterior, referente à beleza e biodiversidade do Cerrado.
- (E) A vírgula após a expressão *campos cerrados*, na 9ª linha, pode ser corretamente substituída por um travessão, sem prejuízo do sentido original.
-
21. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:
- (A) A maior diversidade entre as plantas conhecidas do Cerrado estão na família dos capins e de outras plantas herbáceas.
- (B) A visão equivocada de que o Cerrado era uma região pobre mudou, ao se descobrirem as cerca de 12 mil espécies já descritas cientificamente.
- (C) A região do Cerrado, com a beleza e a biodiversidade de suas plantas, algumas delas usadas como medicamentos, representam um enorme tesouro, boa parte ainda desconhecido.
- (D) Não há como saber quantas plantas, associadas a um certo tipo de solo e clima já foi soterrado pelo avanço da cultura de grãos na região do Cerrado.
- (E) Pesquisadores estimam que muitas espécies de vertebrados características da região do Cerrado já tenha sido exterminado, antes mesmo de ter sido catalogado.



22. O Cerrado apresenta topografia elevada.

O Cerrado se localiza estrategicamente no Planalto Central brasileiro.

O Cerrado funciona como gigantesco coletor e distribuidor de água.

A água do Cerrado é elemento crucial no abastecimento das demais regiões brasileiras.

As frases acima se organizam em um único período, com clareza, correção e lógica, em:

- (A) O Cerrado apresenta topografia elevada que se localiza estrategicamente no Planalto Central brasileiro funcionando então como um gigantesco coletor e distribuidor de água, onde ela vem sendo elemento crucial para o abastecimento das demais regiões.
- (B) A água do Cerrado é elemento crucial para o abastecimento das outras regiões brasileiras, sendo de topografia elevada, que se localiza estrategicamente no Planalto Central, funcionando como gigantesco coletor e distribuidor dessa água.
- (C) O Cerrado se localiza estrategicamente no Planalto Central brasileiro, sendo o gigantesco coletor e distribuidor de água, de que ela, é elemento crucial para o abastecimento das demais regiões.
- (D) Apresentando topografia elevada e localizado estrategicamente no Planalto Central o Cerrado está funcionando como gigante coletor e distribuidor da água cujo elemento crucial vai para o abastecimento das outras regiões brasileiras.
- (E) Com topografia elevada e localizado estrategicamente no Planalto Central brasileiro, o Cerrado funciona como gigantesco coletor e distribuidor de água, elemento crucial no abastecimento das demais regiões.

Atenção: As questões de números 23 a 30 baseiam-se no poema apresentado abaixo.

v

*Escuta a hora formidável do almoço
na cidade. Os escritórios, num passe, esvaziam-se.*

*As bocas sugam um rio de carne, legumes e tortas
vitaminosas.*

*Salta depressa do mar a bandeja de peixes argênteos!
Os subterrâneos da fome choram caldo de sopa,
olhos líquidos de cão através do vidro devoram teu
osso.*

*Come, braço mecânico, alimenta-te, mão de papel, é
tempo de comida,
mais tarde será o de amor.*

*Lentamente os escritórios se recuperam, e os negó-
cios, forma indecisa, evoluem.*

O esplêndido negócio insinua-se no tráfego.

*Multidões que o cruzam não veem. É sem cor e sem
cheiro.*

*Está dissimulado no bonde, por trás da brisa do sul,
vem na areia, no telefone, na batalha de aviões,
toma conta de tua alma e dela extrai uma porcentagem.*

Escuta a hora expandongada da volta.

*Homem depois de homem, mulher, criança, homem,
roupa, cigarro, chapéu, roupa, roupa, roupa,
homem, homem, mulher, homem, mulher, roupa, homem
imaginam esperar qualquer coisa,*

*e se quedam mudos, escoam-se passo a passo, sen-
tam-se,*

*últimos servos do negócio, imaginam voltar para casa,
já noite, entre muros apagados, numa suposta cidade,
imaginam.*

(Carlos Drummond de Andrade. *Nosso tempo*, in **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 128)

23. A afirmativa correta, de acordo com o poema, é:

- (A) O trabalho nem sempre resulta em satisfação, benefícios econômicos e qualidade de vida para os que dependem dele.
- (B) A cidade mecaniza as pessoas, que se deixam absorver pela rotina de trabalho, até mesmo quando se alimentam.
- (C) A plena dedicação à rotina de trabalho preenche, favoravelmente, a vida agitada da maioria das pessoas nas cidades.
- (D) O sentimento amoroso deve sempre sobrepor-se ao sentimento de dedicação ao trabalho.
- (E) O devaneio proporciona às pessoas um modo de sobreviver em meio à rotina estafante do trabalho diário.

24. O assunto do poema estaria corretamente exposto em:

- (A) A importância das cidades na vida econômica de um país.
- (B) O inchaço urbano e as necessidades básicas dos habitantes.
- (C) A desumanização do trabalhador nas condições de vida urbana.
- (D) A automatização dos serviços de escritórios no trato dos negócios realizados.
- (E) As consequências desfavoráveis do excesso de população.



<p>25. A sequência nos versos 2, 3 e 4 da 2ª estrofe reflete</p> <p>(A) a movimentação caótica das pessoas submetidas ao ritmo acelerado da cidade.</p> <p>(B) um desfile organizado de trabalhadores exaustos na volta à casa.</p> <p>(C) exposição de pessoas como se fossem veículos em circulação no trânsito.</p> <p>(D) a procura ansiosa das pessoas por se destacarem na multidão informe.</p> <p>(E) uma tentativa inútil de conseguir o merecido descanso ao fim do dia.</p>	<p>29. <i>O esplêndido negócio <u>insinua-se</u> no tráfego.</i> (v. 10, 1ª estrofe)</p> <p>O verso que reitera a ideia contida no que está transcrito acima é:</p> <p>(A) <i>Os escritórios, num passe, esvaziam-se.</i></p> <p>(B) <i>... e os negócios, forma indecisa, evoluem.</i></p> <p>(C) <i>Multidões que o cruzam não veem.</i></p> <p>(D) <i>Está dissimulado no bonde ...</i></p> <p>(E) <i>... e dela extrai uma porcentagem.</i></p>
<p>26. Identifica-se no poema oposição entre</p> <p>(A) restaurantes lotados // oferta variada de alimentos.</p> <p>(B) pessoas em busca de alimento // acertos comerciais durante almoços.</p> <p>(C) riqueza latente nas ruas // abandono na periferia da cidade.</p> <p>(D) agitação e labor diurnos // silêncio e cansaço ao fim do dia.</p> <p>(E) negócios realizados em escritórios // rotina diária de trabalho.</p>	<p>30. <i><u>Escuta</u> a hora formidável do almoço//na cidade.</i> (versos 1 e 2, 1ª estrofe)</p> <p>O verbo flexionado da mesma forma que o grifado acima está no verso:</p> <p>(A) <i>As bocas sugam um rio de carne, legumes e tortas vitamínicas.</i></p> <p>(B) <i>Os subterrâneos da fome choram caldo de sopa...</i></p> <p>(C) <i>Come, braço mecânico ...</i></p> <p>(D) <i>... vem na areia, no telefone, na batalha de aviões ...</i></p> <p>(E) <i>... toma conta de tua alma ...</i></p>
<p>27. Considere o verso <i>É sem cor e sem cheiro.</i> (1ª estrofe)</p> <p>A afirmativa INCORRETA que se faz a respeito é:</p> <p>(A) As expressões caracterizam <i>O esplêndido negócio</i> (que se) <i>insinua no tráfego.</i></p> <p>(B) A frase constitui um argumento que embasa o fato de as multidões não perceberem a concretização dos negócios nas ruas.</p> <p>(C) Infere-se da afirmativa o contraste ao apelo sensorial despertado pela variedade de alimentos que atraem as pessoas.</p> <p>(D) O emprego das expressões tem sentido particular no poema, ao ultrapassar o significado literal das palavras.</p> <p>(E) A forma verbal <i>É</i> poderia estar corretamente empregada no plural – <i>São</i> – por referir-se a seu antecedente, que é <i>Multidões.</i></p>	<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">Noções de Direito Constitucional</p> <p>31. É INCORRETO afirmar que o Presidente da República</p> <p>(A) ficará suspenso de suas funções, por crime de responsabilidade, após a instauração desse processo pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções na vigência de seu mandato.</p> <p>(C) deverá responder por crime de responsabilidade se praticar ato que atente contra a lei orçamentária.</p> <p>(D) não estará sujeito à prisão, por infrações comuns, enquanto não sobrevier a sentença condenatória.</p> <p>(E) será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações comuns, e pelo Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.</p>
<p>28. É correto perceber que o poeta</p> <p>I. se dirige a alguém – que pode ser um eventual leitor – tratando-o pela 2ª pessoa verbal.</p> <p>II. se coloca como mais um elemento anônimo na multidão que se mistura aos trabalhadores nas ruas.</p> <p>III. deixa implícito que os sentimentos pessoais – como, por exemplo, o amor – foram sobrepujados pela preocupação mercantil.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e III, apenas.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) III, apenas.</p>	<p>32. As medidas provisórias, com força de lei,</p> <p>(A) não estão vedadas quando relativas à organização do Ministério Público, à carreira e às garantias de seus membros.</p> <p>(B) tem eficácia, pelo prazo de noventa dias, a partir de sua publicação, prorrogável por uma única vez e por igual período.</p> <p>(C) serão apreciadas pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conjuntamente, iniciando-se a votação pelos senadores.</p> <p>(D) não-apreciadas em até sessenta dias, entrarão em regime de urgência, ficando sobrestados os serviços legislativos.</p> <p>(E) devem ser submetidas de imediato ao Congresso Nacional, ficando dispensada a convocação extraordinária durante o recesso parlamentar.</p>



<p>33. Considere:</p> <p>I. O Presidente e o Vice-Presidente da República não necessitam mais de autorização do Congresso Nacional para se ausentarem do País, por qualquer período, face a observância do princípio da separação de poderes.</p> <p>II. Cabe ao Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República, de regra, dispor sobre as matérias de competência da União, entre elas sobre a organização judiciária e o Ministério Público.</p> <p>III. No Congresso Nacional as deliberações de cada Casa e de suas Comissões deverão ser tomadas sempre por maioria absoluta dos votos, presente a maioria simples de seus membros.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II. (E) II e III.</p>	<p>37. Em matéria de direitos sociais, é correto afirmar:</p> <p>(A) Aos sindicatos cabe a defesa, entre outras, de interesses individuais da categoria, inclusive em questões judiciais.</p> <p>(B) É vedada a dispensa de empregado sindicalizado a partir da data de sua eleição para cargo de direção.</p> <p>(C) Nas empresas de mais de cento e cinquenta empregados, é garantida a eleição de um representante destes para entendimento direto com os empregadores.</p> <p>(D) O piso salarial deve ser proporcional, tão-somente, à extensão do trabalho a ser prestado.</p> <p>(E) O trabalhador tem direito à indenização em caso de acidentes de trabalho, e, ainda que incorrendo em culpa, o empregador está desobrigado dessa responsabilidade.</p>
<p>34. Na hipótese de o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região elaborar ou alterar o respectivo Regimento Interno, estará desempenhando uma função</p> <p>(A) atípica administrativa. (B) típica jurisdicional. (C) atípica legislativa. (D) típica judicialiforme. (E) atípica autoexecutiva.</p>	<p>38. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes a emendas constitucionais, desde que aprovados pelos respectivos membros de cada Casa do Congresso Nacional em</p> <p>(A) um só turno, por unanimidade dos votos. (B) um só turno, por maioria absoluta de votos. (C) dois turnos, por dois quintos dos votos. (D) dois turnos, por maioria de três quintos dos votos. (E) três turnos, por maioria simples dos votos.</p>
<p>35. A promulgação da lei, de regra, é competência do Chefe do Executivo; entretanto, caberá ao Poder Legislativo promulgar, dentre outras espécies normativas, a</p> <p>(A) resolução, a lei delegada e a lei complementar. (B) lei delegada, a emenda constitucional e a medida provisória. (C) medida provisória, a resolução e o decreto legislativo. (D) lei complementar, o decreto legislativo e a lei delegada. (E) emenda constitucional, o decreto legislativo e a resolução.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>39. A lei de licitações (Lei Federal nº 8.666/93 e alterações) autoriza a dispensa de licitação para</p> <p>(A) aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros, que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.</p> <p>(B) celebração de contratos de prestação de serviços com organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.</p> <p>(C) aquisição de bens e contratação de serviços de até R\$ 80.000,00.</p> <p>(D) contratação de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou opinião pública.</p> <p>(E) qualquer situação em que se possa comprovar, objetivamente, que a contratação direta é mais vantajosa para a administração.</p>
<p>36. No que diz respeito à organização político-administrativa da União é correto afirmar que</p> <p>(A) a faixa de fronteira deve observar a medida de até cento e oitenta quilômetros de largura. (B) são bens da União, dentre outros, os potenciais de energia hidráulica e os sítios arqueológicos. (C) o desmembramento de Municípios far-se-á por lei municipal da respectiva localidade e das limitrofes. (D) é permitida à União manter, com representantes de igrejas, e em quaisquer hipóteses, relações de aliança. (E) a formação de Estados ou Territórios Federais será feita por meio de referendo e por ato normativo do Senado Federal.</p>	<p>40. O ato administrativo vinculado, quando praticado por agente a quem a lei não atribui competência para tanto,</p> <p>(A) é tido como inexistente, independentemente de apreciação judicial ou decisão administrativa. (B) somente pode ser anulado por decisão judicial. (C) pode ser revogado pela própria Administração, com base em critérios de conveniência e oportunidade. (D) goza da presunção de legitimidade, até decisão administrativa ou judicial em contrário. (E) somente pode ser convalidado por decisão judicial.</p>



41. A Constituição Federal garante a manutenção da equação econômico-financeira dos contratos administrativos, do que resulta a
- (A) impossibilidade de alteração unilateral pela Administração.
- (B) estrita submissão ao instrumento convocatório, do que decorre à Administração a proibição de praticar atos que possam alterar as condições em que foi formulada a proposta do particular.
- (C) obrigatoriedade da Administração assegurar ao concessionário de serviços públicos o resultado econômico projetado quando da apresentação da sua proposta.
- (D) impossibilidade de alteração do regime de execução contratual e de inclusão de acréscimos quantitativos ao objeto contratual.
- (E) obrigatoriedade da Administração reequilibrar a equação econômico-financeira do contrato, na hipótese de ocorrência de álea econômica extraordinária e extra-contratual ou fato do príncipe.
-
42. De acordo com a doutrina, agente público é toda a pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta,
- (A) não se incluindo na categoria os agentes políticos, detentores de mandato eletivo.
- (B) não se incluindo na categoria os militares.
- (C) inclusive os particulares que atuam em colaboração com o poder público, mediante delegação, requisição, nomeação ou designação.
- (D) somente se incluindo na categoria aqueles que possuem vínculo estatutário ou celetista com a Administração.
- (E) incluindo-se os servidores públicos, estatutários e celetistas, bem como os agentes políticos, estes últimos desde que investidos mediante nomeação e não detentores de mandato eletivo.
-
43. A concorrência pública é a modalidade licitatória aplicável
- (A) apenas à concessão de serviços públicos e contratação de obras, serviços e aquisições acima de R\$1.500.000,00.
- (B) à concessão de serviços públicos, alienação de bens imóveis e contratação de obras e serviços de engenharia acima de R\$ 1.500.000,00.
- (C) à contratação de obras, serviços e aquisições acima de R\$ 1.500.000,00.
- (D) apenas à contratação de obras, serviços e aquisições acima de R\$ 650.000,00 e concessão de serviços públicos.
- (E) à contratação de obras, serviços e aquisições acima de R\$ 650.000,00, concessão de serviços públicos e alienação de bens imóveis.
-
44. A respeito da comunicabilidade das instâncias penal e administrativa, no tocante à apuração da responsabilidade de servidores públicos, é correto afirmar que
- (A) a absolvição na esfera penal, fundada na ausência de tipificação da conduta como crime, não afasta a possibilidade de condenação na esfera administrativa por infração administrativa.
- (B) existe completa autonomia entre as instâncias penal e administrativa, o que significa que a decisão em uma esfera não repercute na outra.
- (C) a absolvição em sede penal sempre condiciona a decisão no processo administrativo.
- (D) a absolvição em sede penal somente repercute na esfera administrativa quando fundada na negativa de autoria do fato.
- (E) a condenação em sede penal gera, independentemente de processo administrativo, a punição na esfera administrativa.
-
45. Os atos administrativos
- (A) são sempre dotados de auto-executoriedade, o que dispensa a necessidade da Administração recorrer ao Judiciário na hipótese de descumprimento pelo particular.
- (B) são dotados de presunção de legitimidade, o que impede o exame da sua legalidade no âmbito do Poder Judiciário.
- (C) sujeitam-se ao exame do Poder Judiciário no que diz respeito aos aspectos de legalidade.
- (D) podem ser revistos pela própria Administração ou revogados pelo Poder Judiciário, quando não observados os critérios de conveniência ou oportunidade.
- (E) sujeitam-se à análise do Poder Judiciário, apenas no que diz respeito aos critérios de conveniência e oportunidade.
-
- Noções de Direito do Trabalho**
46. A formação de grupo econômico, no direito do trabalho brasileiro, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, resulta
- (A) da existência, sempre necessária, de uma *holding* a controlar as demais empresas do grupo.
- (B) da presença, indispensável, dos mesmos sócios de uma empresa na composição societária da outra, que com a primeira faz grupo econômico.
- (C) da utilização do mesmo nome de fantasia, sem o que não há falar em grupo econômico.
- (D) da presença de uma empresa como sócia formal da outra, desde que ambas sejam organizadas como sociedades anônimas.
- (E) da constatação de que uma ou mais empresas encontram-se sob a direção, controle ou administração de outra.
-
47. O contrato de emprego, modalidade de relação de trabalho, caracteriza-se pelos seguintes elementos necessários e cumulativos:
- (A) autonomia, liberdade, pessoalidade e onerosidade.
- (B) onerosidade, subordinação, pessoalidade e natureza não-eventual da prestação dos serviços.
- (C) pessoalidade, caráter não-eventual dos serviços, exclusividade e autonomia.
- (D) subordinação, onerosidade e caráter eventual da prestação dos serviços.
- (E) alteridade, autonomia, liberdade e autodeterminação.



48. Conceitua-se como subsidiária a responsabilidade trabalhista da empresa que
- (A) integra o mesmo grupo econômico da empresa empregadora.
 - (B) presta serviços ao Estado e descumpra a legislação trabalhista.
 - (C) responde pelos créditos dos trabalhadores contratados pela empresa que lhe presta serviços.
 - (D) participa do consórcio de empregadores rurais, em relação às obrigações previdenciárias.
 - (E) presta serviços relacionados a emprego temporário.
49. A licença remunerada concedida espontaneamente pelo empregador ao empregado é hipótese de
- (A) interrupção do contrato de trabalho.
 - (B) suspensão do contrato de trabalho.
 - (C) suspensão condicionada do contrato de trabalho.
 - (D) extinção do contrato de trabalho.
 - (E) supressão parcial do contrato de trabalho.
50. O intervalo mínimo de refeição e repouso intrajornada, segundo o regramento da Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) é sempre de 60 minutos; pode ser reduzido mediante autorização da Superintendência Regional do Trabalho.
 - (B) varia entre 15 e 60 minutos, de acordo com a jornada diária; pode ser reduzido por acordo individual.
 - (C) varia entre 20 e 60 minutos, de acordo com a jornada diária; pode ser reduzido por acordo coletivo.
 - (D) é sempre de 15 minutos; não pode ser reduzido.
 - (E) varia entre 15 e 60 minutos, de acordo com a jornada diária; pode ser reduzido por autorização da Superintendência Regional do Trabalho.
51. O adicional noturno deve ser pago aos trabalhadores que exerçam suas atividades entre
- (A) 20 e as 3 horas, se rurais, trabalhando na agricultura.
 - (B) 20 e as 6 horas, se rurais, trabalhando na pecuária.
 - (C) 21 e as 5 horas, se urbanos.
 - (D) 21 e as 4 horas, se urbanos.
 - (E) 22 e as 5 horas, se urbanos.
52. Incurrerá em justa causa, autorizando o trabalhador a pleitear rescisão indireta do contrato, o empregador que
- (A) conceder aumento salarial sem previsão legal.
 - (B) exigir serviços contrários aos bons costumes.
 - (C) cumprir rigorosamente as leis aplicáveis ao contrato.
 - (D) reduzir, após autorização do Ministério do Trabalho e Emprego, o intervalo de refeição.
 - (E) conceder equiparação salarial, independentemente de decisão judicial.
53. Não faz jus ao pagamento do Repouso Semanal Remunerado, o trabalhador que
- (A) trabalhe apenas cinco dias na semana, isto é, de segunda a sexta-feira.
 - (B) trabalhe no horário noturno.
 - (C) exerça atividade doméstica.
 - (D) não ultrapasse o limite da jornada ordinária, durante todos os dias da semana.
 - (E) falte injustificadamente ao serviço.
54. Trabalhar em turnos ininterruptos de revezamento
- (A) significa não ter intervalo de refeição.
 - (B) implica não gozar de folgas semanais.
 - (C) corresponde a gozar de intervalo reduzido de refeição e de uma folga por mês.
 - (D) dá ao trabalhador o direito de jornada reduzida de seis horas diárias.
 - (E) é trabalhar 12 horas e descansar 36.
55. O segurado que tem aposentadoria por invalidez concedida pelo INSS
- (A) tem seu contrato suspenso.
 - (B) tem seu contrato extinto.
 - (C) tem seu contrato interrompido.
 - (D) poderá trabalhar, mas em turnos reduzidos.
 - (E) não poderá trabalhar nunca mais, ainda que se recupere da doença que lhe rendeu a aposentadoria.
- Regimento Interno do TRT 3ª Região**
- Atenção: As questões de números 56 a 60 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
56. Não poderão integrar a mesma Seção Especializada ou Turma do Tribunal os Magistrados que forem cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos
- (A) ou afins, em linha reta ou colateral, até o quarto grau.
 - (B) ou afins, em linha reta ou colateral, em qualquer grau.
 - (C) ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) em linha reta até o terceiro grau, apenas.
 - (E) em linha reta ou colateral, até o quarto grau, apenas.
57. Ao concluírem os seus mandatos, e observadas as vagas existentes, terão a preferência para escolher a Turma e a Seção Especializada às quais vão incorporar-se, nesta ordem, o
- (A) Presidente, o Corregedor, o Vice-Presidente Administrativo e o Vice-Presidente Judicial.
 - (B) Presidente, o Vice-Presidente Administrativo, o Vice-Presidente Judicial e o Corregedor.
 - (C) Presidente, o Corregedor, o Vice-Presidente Judicial e o Vice-Presidente Administrativo.
 - (D) Presidente, o Vice-Presidente Judicial, o Vice-Presidente Administrativo e o Corregedor.
 - (E) Corregedor, o Presidente, o Vice-Presidente Judicial e o Vice-Presidente Administrativo.



58. Os processos de competência originária do Tribunal, do Órgão Especial e das Seções Especializadas, os de rito sumariíssimo, de *habeas corpus*, de *habeas data*, de agravo regimental, de conflito de competência e de ação cautelar serão distribuídos
- (A) semanalmente e compensados na distribuição quinzenal de competência das Turmas.
 - (B) diariamente e compensados na distribuição semanal de competência das Turmas.
 - (C) quinzenalmente e compensados na distribuição mensal de competência das Turmas.
 - (D) diariamente e compensados na distribuição quinzenal de competência das Turmas.
 - (E) diariamente e compensados na distribuição mensal de competência das Turmas.

59. Considere as seguintes assertivas a respeito da distribuição de processos no Tribunal:

- I. Em regra, o Presidente do Tribunal, em audiência pública e por sorteio, mediante processamento eletrônico, distribuirá os processos aos Relatores, quinzenalmente, de forma proporcional a cada classe.
- II. Far-se-á a distribuição de forma contínua, observada a totalidade dos Desembargadores, cabendo a cada um deles a fração correspondente, excluídos, apenas, os Desembargadores que exercem cargos de direção.
- III. Os processos de competência originária do Tribunal, do Órgão Especial e das Seções Especializadas serão distribuídos semanalmente e compensados na distribuição quinzenal de competência das Turmas.
- IV. O cadastramento e a distribuição, sendo simultâneos o agravo de instrumento e outro recurso, e processados nos mesmos autos, serão feitos em relação a este, anotando-se aquele na capa dos autos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II e IV.
60. A autoridade que tiver ciência de irregularidade praticada pelo Servidor Público que lhe seja subordinado está obrigada a determinar a sua imediata apuração, por sindicância ou por processo administrativo-disciplinar e requisitar ao
- (A) Diretor-Geral que, em três dias, designe Servidores para atenderem a tal finalidade.
 - (B) Diretor-Geral que, em cinco dias, designe Servidores para atenderem a tal finalidade.
 - (C) Vice-Presidente do Tribunal que, em quinze dias, designe Servidores para as finalidades cabíveis.
 - (D) Corregedor que, em três dias, designe Servidores para as finalidades cabíveis.
 - (E) Corregedor que, em cinco dias, designe Servidores para comporem a comissão competente.